



NOTA PÚBLICA

FPMRAH e ANAJURE emitem Nota Pública sobre violência étnica contra os muçulmanos Rohingya no Myanmar.

A Frente Parlamentar Mista para Refugiados e Ajuda Humanitária e a ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos, por seus respectivos representantes, vem, através do presente expediente, expor ao Governo Brasileiro, à Comunidade Internacional e, sobretudo, ao Governo e à população civil da República da União do Myanmar, o seu repúdio com relação ao que adiante se explicita:

1) Nos últimos dias, diversas organizações internacionais têm expressado preocupação acerca do aumento de casos de violência étnica contra os muçulmanos Rohingya no estado de Rakhine, no Myanmar. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), cerca de 370.000 muçulmanos foram forçados a fugirem do Myanmar para Bangladesh, desde agosto. O alto-comissário da ONU para Direitos Humanos considera a situação como “limpeza étnica de manual.”¹

2) As principais causas dessas migrações forçadas são conflitos sectários intensificados nos últimos dias. Porém, segundo a *Human Rights Watch*, as violações de direitos humanos dos muçulmanos Rohingya tem sido uma prática frequente do governo de Myanmar, o qual não os reconhece como uma das 135 minorias oficiais do país e tem adotado leis que lhes restringem direitos civis e liberdades fundamentais².

¹ EL PAÍS. “Limpeza étnica” faz 370.000 muçulmanos fugirem de Myanmar para Bangladesh em duas semanas. 12 de setembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/12/internacional/1505207979_181915.html. Acesso em 13 de setembro de 2017.

² CNN. The Rohingya Crisis. Disponível em: <http://edition.cnn.com/specials/asia/rohingya>. Acesso em 13 de setembro de 2017.

3) À luz desses fatos, conclamamos às autoridades do Myanmar que abandone as suas políticas restritivas contra os muçulmanos Rohingya, pondo um fim à violência e oferecendo-lhes a segurança que lhes é devida. Dirigimo-nos, em especial, à Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, para que, após anos de luta por reconciliação e liberdade em seu país, possa propor políticas que promovam a cidadania e integração total dos Rohingyas à sociedade do Myanmar.

4) Aproveitamos também, para lembrar ao país de seus compromissos assumidos perante à comunidade internacional, como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Desse modo, dirigimo-nos também à ONU e demais organizações internacionais que cumpram as suas funções e tome as medidas necessárias para assegurar a ordem e a paz no Myanmar.

7) Por fim, pedimos ao governo brasileiro que, por meio do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty, manifeste-se repudiando os referidos acontecimentos. O Brasil é um país diverso e multicultural, no qual todos os credos e matizes religiosos têm o seu direito à liberdade religiosa assegurados por lei, por isso é imprescindível que busque promover essa tolerância também em âmbito internacional, sobretudo diante dos fatos recentes.

Brasília- DF– Brasil, 13 de setembro de 2017.



Deputado Federal Leonardo Quintão

Presidente

Frente Parlamentar Mista para Refugiados e Ajuda Humanitária



Dr. Uziel Santana dos Santos

Presidente

Associação Nacional de Juristas Evangélicos – (ANAJURE)

